

**A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DE
ALUNOS QUE SÃO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS**

ADRIANA COLODEL SCHMOELLER

RESUMO

O presente artigo ressalta que desenvolvimento integral da criança depende do meio sociocultural. A criança que sofre abusos físicos sexuais psicológica afeta o desenvolvimento global. Tendo como objetivo conhecer os tipos de abusos comuns contra criança a adolescente quais as percepções diante de alunos que foram vítimas de violências. Método estudo bibliográfico através de livros e artigos. Os resultados da pesquisa realizada foram comparações entre os teóricos que garantem que criança abusada podem trazer consequências penosa causando danos irreparáveis nos desenvolvimentos físico, psíquico, social e moral.

ABSTRACT

This article emphasizes that the child's integral development depends on the socio-cultural environment. The child who suffers physical, sexual and psychological abuse affects global development. With the objective of knowing the types of common abuse against children and adolescents, what are the perceptions of students Who have been victims of violence. Bibliographic study method through books and articles. The results of the research carried out were comparisons between theorists who guarantee that abused children can bring painful consequences, causing irreparable damage to physical, psychological, social and moral developments.

Introdução

A exploração das violências físicas psicológicas e dos abusos sexuais contra crianças e adolescente é um fenômeno complexo, suas causas são múltiplas e de difícil definição. No entanto, suas consequências são devastadoras para as crianças, vítimas diretas de seus agressores. Ao contrário do que se pensam as desigualdades sociais não são fatores determinantes da violência do abuso sexual, e maus tratos, pois está se encontra democraticamente dividida em todas as classes sociais.

No mundo inteiro e em todas as classes sociais, a violência sexual e os maus tratos contra criança e adolescente estão cada vez mais conhecida e divulgada. Os maus tratos e os abusos sexuais são praticado pelas pessoas próximas das vítimas e na maioria das vezes são abusadas por pessoas que deveriam dar apoio e proteção, sabe-se que as crianças e adolescentes vítimas de violências carregam sequelas que prejudicam o desenvolvimento afetando o ensino aprendizagem nas escolas e as relações interpessoais, tornando-as pessoas introspectivas, reservadas, com dificuldades de se relacionarem com outras pessoas, ou também sendo agressivas, pois a violência vivida em casa é refletida pela criança através do comportamento.

Para a realização deste relatório foi utilizado suporte teórico de vários autores que tratam da violência contra a criança e adolescentes como: Andrade (2006), Pelt (2006), Áries (1981), Azevedo (1995), Andrade (2006), Bandeira e Freire (2006). Ferrari (2004) e outros.

1.0 A INFÂNCIA X CRIANÇA: DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA E PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA.

A infância ou o sentimento de infância é um fenômeno histórico. De acordo com estudos realizados, na Idade Média esse sentimento não existia. Quando a criança não precisava mais do apoio constante da mãe ou da ama (por volta de 5 a 7 anos), ela já ingressava na vida adulta, isto é, passava a conviver com os adultos sem haver um período de transição. Ela era considerada um adulto em miniatura, pois executava as mesmas atividades dos mais velhos. Era como se a criança pequena não existisse. Segundo Ariés (1981) O indivíduo só passava a existir quando podia se misturar e participar da vida adulta. Não se dispensava um tratamento especial para as crianças, o que tornava sua sobrevivência difícil.

Tudo leva a crer que - para o pensamento da época - não se acreditava que a criança já contivesse a personalidade humana, sobretudo, devido ao alto índice de mortalidade que estimulava a ideia de que era preciso ter vários filhos para se salvar alguns. Segundo Ferrari (2004, p. 30) a violência possui raízes profundas nas relações de dominação sobre as mulheres e crianças eram subordinadas aos homens, chefes de família, no núcleo familiar e submeteram meninos e meninas a violências.

Ressalta a autora que durante toda nossa história sempre existiu a violências contra crianças e adolescentes muitas vezes eram oferecidas aos deuses como forma de salvamentos e fertilidades das Terras. Miller (1994,p.34) ressalta que durante muito tempo as crianças eram considerada propriedade dos adultos eram sujeitas aos abuso físicos ou sexual. Em todos os tempos, o domínio do mais forte sobre o mais fraco sempre existiu e na antiguidade não eram denunciados não havia leis que amparavam as violências contra crianças e adolescentes. Se crianças morriam por abuso causado por ou não violências a ideia era de "perda eventual" era presente à época. Em síntese, como muitas crianças morriam devido às precárias condições de vida, pensava-se que um desígnio divino determinava a sobrevivência de apenas algumas crianças.

Segundo as leis da constituição federal de 1988 no artigo 227 os pilares da doutrina da proteção integral obrigando, conjuntamente, família, sociedade e Estado no dever de garantir à criança e ao adolescente os cuidados necessários ao seu pleno desenvolvimento: Art.227.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Esta lei ressalta a proteção integral da criança diante do contexto cultural e econômicos são explicações necessárias e esclarecimento para a sociedade, pois sabe-se que na maioria das vezes as leis permanecem somente no papel podendo esclarecer as leis através de palestras para toda sociedade.

É a partir do século XVII que as crianças começam, muito timidamente, a receber outro olhar, embora muito aquém dos dias de hoje. Do anonimato, passaram a ser seres engraçadinhos, que davam diversão. Segundo Ariés (1981) A aprendizagem que se dava no trabalho com os adultos passa a acontecer nas escolas, e começa uma preocupação com o infanticídio. No século XVII, de um infanticídio secretamente admitido passou-se a um respeito cada vez mais exigente pela vida da criança.

A saúde da criança passou a ser uma preocupação inclusive do Estado, que preconizava a importância da população para um país. Com isso, a presença da mãe junto a seu filho é cobrada de forma ilimitada. A maternidade passa a ser um ideal e assumi-la, sacrificando-se pelo filho, é característica de uma boa mãe. De acordo com Áries (1981), a noção, os sentimentos sobre a infância perpassam um pouco mais de trezentos anos. Esta nova concepção decorre devido a uma nova configuração da família que instaura novos modos de socializar e transmitir conhecimento a partir do século XVII.

O primeiro sentimento que surge em relação à infância é a paparicação. Ele surge no meio familiar, na companhia das crianças pequenas. Com o tempo esse hábito expandiu-se e por sua ingenuidade, gentileza e graça, a criança se torna uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos. De acordo com Xavier (2007) O cuidado dispensado a ela passou a inspirar sentimentos novos e uma afetividade nova. Aparece o interesse psicológico e a preocupação moral que vão inspirar a educação do século XX. No século XVIII surge também a preocupação com a higiene e a saúde física. Segundo Bandeira e Freire (2006, p.21)

As famílias, passando a valorizar as crianças não somente o ter filhos sobreviventes, começam a sentir a sua morte, a cultivar a prática do convívio com ela. O reconhecimento da infância como valor traz, porém, outras consequências. Passa-se a dar importância à “domesticação” da criança, à sua disciplina.

O reconhecimento da infância como uma fase diferenciada do ciclo de vida é relativamente recente na história da humanidade. É só a partir do século XIX que a família começa a se organizar em torno da criança, dando-lhe um papel de destaque. Os pais começam a se interessar pelos estudos de seus filhos, e a afetividade que até então não existia, ou não era declarada e atuada, toma espaço de uma forma crescente. A sociedade que tinha um papel especial, que se misturava e não se distinguia da família, sendo as casas uma continuidade da rua e dos negócios, passa a um segundo plano. Enfim, a família se transforma, os valores são outros. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para assumir seu papel de cuidar e educar os filhos. Segundo Santos diz que (2011,p.25)

e sexualmente abusado. O surgimento de uma atenção institucional especializada para crianças e adolescentes sexualmente abusados no Brasil parece haver antecipado a história do próprio enfrentamento da exploração sexual comercial. No atual estágio dos estudos históricos, é difícil saber se as sociedades, incluindo a brasileira, algum dia produziram mecanismo informais para proteger crianças e adolescentes do abuso sexual ou para resguardar aqueles que foram vítimas de abuso intra e extrafamiliar antes da era moderna, particularmente da era do bem-estar e dos direitos de crianças e adolescentes. Apenas a partir desse momento, começaram a ser criadas instituições específicas para lidar com a temática de crianças e adolescentes negligenciadas, maltratadas.

A família é a primeira instituição a qual o indivíduo pertence e, por isso, cabe a ela cuidar e zelar pela saúde e integridade de seus membros, principalmente das crianças. No atual estudo histórico foram criados mecanismos sociais governamentais para amparar as crianças e adolescentes proteger de todos os riscos de abusos.

Hoje a concepção de família tem sofrido alterações na sua estrutura, a começar pelas figuras do pai, da mãe e dos filhos. Muitas vezes, os pais têm sido substituídos por tios e avós. É importante, no entanto, salientar que as figuras parentais (pai e mãe), apesar de todas as modernidades, continuam sendo a base fundamental para a identificação da criança. Por isso, é de vital importância, que esta instituição se mantenha em equilíbrio.

1.1 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA A SOCIALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA VIOLÊNCIAS.

O abuso familiar contra crianças e adolescentes quando não leva à morte, podem trazer consequências a médio e em longo prazo, capazes de causar danos ao seu desenvolvimento físico, mental e cognitivo, hiper agressividade, reduzido envolvimento com o mundo externo, distúrbios de sono, sentimentos de infelicidade, pânico, comportamento autodestrutivo e depressivo, revolta e desinteresse pelos estudos são algumas dessas consequências. A violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes, dentre a qual inclui a modalidade do abuso sexual e agressões psicológicas, é um fenômeno complexo e difícil de ser definido. A família é uma referência em que a criança começa a se espelhar desde muito cedo, buscando afeto, segurança e a apreender, principalmente, o traço cultural familiar devido seu contato direto desde ao nascer. Segundo Bandeira e Freire (2006, p.28)

A socialização da criança, de modo geral, é feita inicialmente no grupo familiar. A família é uma organização social presente em todas as sociedades humanas conhecidas, variando sua estrutura, forma, funcionamento e sua posição no sistema mais amplo do parentesco. Na nossa sociedade, a família nuclear (mãe, pai e irmãos) ocupa uma posição central e dominante.

A criança se torna dependente do adulto e passa a interagir na sociedade buscando imitá-lo em tudo que faz, como calçando seus sapatos, brincando de casinha, escolinha. Se a criança é agredida pela sua mãe ou vê um irmãozinho ser espancado, ela demonstra esse tipo de violência durante as suas brincadeiras diárias por não entender o que se passa e até achar esse comportamento normal. De acordo com Matos (1965, p.5)

A família representa uma instituição social importante e poderosa, responsável pela estruturação de crenças, valores e comportamentos dos seus membros. Se o desenvolvimento dos indivíduos não depende apenas da ação da família, podemos, no entanto, dizer que, cronologicamente, entre os agentes socializadores do indivíduo, a família ocupa o primeiro lugar contribuindo para a interiorização de valores, atitudes e papéis. A par da educação e socialização da criança, a família tem a função essencial de proporcionar o afeto e a educação que garante a estabilidade emocional necessária ao desenvolvimento do indivíduo

Nesse sentido a família é o principal agente socializador da criança, a ela compete o cuidar e o educar, passando para a criança as heranças culturais que seu grupo defende, pois é junto com a família que acontece a maior parte do seu desenvolvimento. A criança aprende mais quando é animada e ajudada, pelo adulto e por outras crianças maiores, a fazer o que ainda não sabe. A criança não se desenvolve sozinha. E há crianças que no contexto familiar recebe violências de maus tratos e muitas são abusadas sexualmente para Santos (2011 ,p.34)

Na família a criança pode se deparar com pais alcoólatras, mães fumantes, e nesse contexto, a família se torna campo propício para a marginalização, pois se a criança adquire seus hábitos como comportamentos inadequados, ela passa a utilizá-los quando adulta.

Neste sentido posso dizer que a violência é uma ação que causa dano a outra pessoa, ser vivo, ela, invade a autonomia, integridade física, psicológica e também a vida das pessoas próximas e quem mais atingido são as crianças que necessitam de cuidados especiais por serem pequenas. Outro argumento contra o uso da “tapinha” como forma de educar é que ela apenas mostra o que não fazer, mas não há no ato de bater qualquer indicação sobre o que a criança deveria fazer.

Para dar um exemplo: normalmente se dá uma tapinha para evitar que uma criança pequena coloque o dedo na tomada, mas esquece-se que uma tomada sem proteção pode ser entendida como uma negligência (desatenção, falta de responsabilidade) dos responsáveis, durante a convivências familiar por muitos familiares acariciando a crianças desenvolvem o ato sexual através do contato físico com o sem o uso da coação desde da palavra e insinuação de carícias beijos toques e exibições de órgãos genitais. Segundo (Azevedo; Guerra, 2009) ressaltam que:

O abuso sexual pode ser também caracterizado por uma situação em que a criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou até mesmo de um adolescente mais velho, esta situação esta baseada numa relação de poder em que pode ocorrer desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, “voyeurismo,” pornografia e exibicionismo até ato sexual com o sem penetração, com o sem violência.

A criança no lar, frequentemente passa por situações constrangedoras em casa com os familiares ou quando são deixadas em casa pelos pais que trabalham fora deixando-as por conta de outros menores ou dependendo da boa vontade de vizinhos. Devido a essa situação, a criança passa a submeter-se as situações expostas aos abusos sexuais ou a explorações aos trabalhos domésticos muito cedo, assumindo grandes responsabilidades. Estas crianças quando não cumprem suas tarefas são também punidas por seus responsáveis com castigos, surras e outros tipos de maus tratos. Expostas aos maus tratos correndo o risco em muitas vezes de serem abusadas sexualmente. Segundo Andrade (2006, p.18)

Famílias dos países orientais dividem o cuidado dos bebês com as mães, assistidas pelos irmãos mais velhos, avós e outros parentes cujo tempo não seja intensamente valorizado. E nos países ocidentais industrializados, as mães deixam a cargo das instituições infantis o cuidado de seus filhos, variando de acordo com a classe social.

Estamos em um momento da história em que as velhas formas de educar estão ultrapassadas, e a educação de hoje está baseada no poder da criança em buscar as decisões que lhe dizem respeito, partindo de uma concepção de que a criança deve ser protagonista.

De sua história de vida, de que as crianças têm direitos e necessita de proteção especial quanto à sua condição de ser humano em desenvolvimento.

Na verdade, os tempos mudaram, mas não as relações humanas que constituem as raízes da formação do caráter. Os filhos ainda precisam dos pais, porque as relações afetivas que mantêm com eles desde o nascimento permitem que adquiram padrões que os tornarão cidadãos de caráter. As crianças precisam de direção, disciplina, apoio e ânimo para crescer, amadurecer e tornarem-se pessoas independentes da família, adultos autônomos. Pelt (2006, p.19), nos diz que

“a criança capta três sentimentos na compreensão e formação de seu caráter pessoal: o sentimento de que é única, de que faz parte da família e o sentimento de que é amada, e que esses três sentimentos se combinam para dar estabilidade e apoio à estrutura do conceito que a criança forma de si mesma. Se qualquer desses três aspectos é frágil, fragilizará no mesmo grau o conceito que a criança forma de si”.

A maioria dos sentimentos de rejeição tem sua origem nas trágicas experiências da infância. Os pais, com frequência, não percebem os efeitos que suas palavras e atos produzem nos filhos, e é isso que edifica ou destrói o respeito próprio da criança. Os gritos, as repreensões e a crítica constantes demonstram à criança que seus pais não a amam nem se preocupam com seus sentimentos. Pelt (2006, p.23) diz que: *“A criança que recebe censura ou castigo adicional na escola, da parte dos professores e colegas, o golpe deixa mais abatida. Devemos entender que a rejeição não precisa ser expressa de forma verbal para ser percebida”*. Quando não damos à atenção necessária à criança, o reconhecimento do que elas fazem é o mesmo que castigar, punir por algo errado que não fez.

A criança aprende o certo e o errado observando os pais, os irmãos e outros membros da família. Quando a criança cresce, seus horizontes sociais vão se ampliando através das pessoas da vizinhança, da escola, da igreja e das suas amizades. Quando as relações são de conflitos, acabam prejudicando emocionalmente a criança e afetando o desenvolvimento do caráter dela.

O homem vive em uma sociedade, e dentro da esfera social existem normas e regras a serem seguidas e devido a alguma desestruturação familiar a sua conduta ética e moral é atingida, transformando-o em um indivíduo agressivo. Falcão (1998), nos fala que ao amedrontar uma criança, o adulto pode até conseguir controlá-la, mas depois a criança se torna insegura, depressiva e ter futuramente graves problemas emocionais. Sabemos que o impacto do abuso sexual está relacionado a fatores internos e intrínsecos das vítimas, causando alterações no comportamento, dificuldades emocionais podendo tornar-se um adulto reprodutor de agressões, vingança, agressividade e transgredir as leis da sociedade e, somente por meio dos desvendamentos psicológicos, através do sonho, que facilitará o desvendamento do trauma ocorrido. Cabe ao indivíduo viver em comunidade controlando os seus desejos ou excluindo por definitivos outros que provem excessivamente seus desequilíbrios físicos, e, para isso, a pessoa precisa saber estabelecer um autodomínio de si, o ser humano adquire o auto domínio através da segurança estabilidade social muitos seres humanos não conseguem o auto domínio sozinhos necessita de ajuda de psicólogos ou médicos. Afirma Aranha (2004, p.208) que

Quando o conflito é muito grande o ego não suporta a consciência do desejo, este é rejeitado o que determina o processo de repressão. No entanto, o que foi impresso não permanece no inconsciente, pois sendo energia precisa ser expandido (...). Os sintomas devem ser decifrados por processos de discernimento, o mais utilizado por Freud é o desvendamento dos sonhos do indivíduo que permite um melhor esclarecimento de suas frustrações vividas.

É através da psicanálise que se busca a compreensão e a intervenção feita por pessoas que visam o esclarecimento de atos de pessoas através do inconsciente, servindo para a melhoria da vida social temos em nossa sociedade pessoas doentes que necessitam de tratamentos de ajuda e na maioria das vezes a própria pessoa não sabe que está doente somente com denúncia, para as redes de proteções as crianças e adolescentes poder investigar os casos por isso, são vários seres indefesos que correm risco de abuso por viverem com pessoas doentes. . Com isso, a própria família também tem que dar a sua contribuição na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante dos relatos sabemos que as violências sexuais trazem retardos cognitiva afeta o desenvolvimento social alterações comportamentais. Segundo Miller (1994 ,p.190)

Também são formas de violência: não cuidar da criança, não atender quando chora não conversar com ela, meter medo, ameaçar. Criança mal cuidada, abusada sexualmente ou agredida perde a confiança nas pessoas, fica tímida, calada ou agressiva. Geralmente, se torna um adulto medroso, sem confiança em si mesmo ou brigão o violento.

A criança que recebe carinho e amor de sua família, enfrenta a vida com mais segurança e tranquilidade e consegue encontrar melhores soluções para as dificuldades que a vida oferece. O afeto, principalmente na família, é importante para o crescimento integral do ser humano tornando um adulto confiante e seguro.

Andrade (2006) comentando a psicologia de Wallon menciona que as relações afetivas favorecem o desenvolvimento humano pelas ações das emoções, nos contextos das relações sociais. É através das relações sociais que a criança inicia a construção do eu, de sua personalidade interior, aprendendo regras, valores sociais de sua cultura. Crianças e adolescentes, que se enquadram nos casos de negligência, especialmente o abandono, vêm sofrendo consequências graves, expostas no caminho da prostituição e drogas. Sendo assim a família interfere muito na constituição do indivíduo na sociedade, pois de acordo com Matos, (1965, p.5)

A família representa uma instituição social importante e poderosa, responsável pela estruturação de crenças, valores e comportamentos dos seus membros. Se o desenvolvimento dos indivíduos não depende apenas da ação da família, podemos, no entanto, dizer que, cronologicamente, entre os agentes socializador do indivíduo, a família ocupa o primeiro lugar contribuindo para a interiorização de valores, atitudes e papéis. A par da educação e socialização da criança, a família tem a função essencial de proporcionar o afeto e a educação que garante a estabilidade emocional necessária ao desenvolvimento do indivíduo.

A família precisa encontrar um ponto de equilíbrio entre aquela autoridade opressiva, da “pancada educativa”, e a noção de liberdade sem limites que a sucedeu. Ou seja, bater não ensina limites. Ao contrário, mostra, na maioria das vezes, um descontrole e falta de limites do outro, pois é, em geral, uma forma de escape de quem bate. É aquele momento do auge da irritação em que se sente vontade de descarregar a raiva, batendo em quem lhe causa esse sentimento. O interessante é que, quando temos esse sentimento em relação a outra pessoa adulta, conseguimos nos conter e, quando o motivo da irritação é um filho, não se pensa duas vezes antes de aplicar-lhe umas palmadas. Segundo Gomes (2003, p.2) A falta de condições dignas de vida que atinge boa parte das famílias brasileiras é um quadro propício para a deterioração dessas relações interpessoais. Problemas como o desemprego, o alcoolismo, a pobreza e a miséria estão por trás de muitos casos de violência doméstica. De acordo com Caramês (2006, P.3) “a violência, é toda agressão física ou psicológica e consiste no uso da força de forma intencional, por parte dos pais ou responsáveis, com o objetivo de ferir, provocar dano ou destruir a criança, deixando ou não marcas evidentes”.

Bandeira e Freire (2006) nos dizem que, a comunicação televisiva, embora seja poderosa causa uma série de conflitos nas relações entre pais e filhos, pois muitos pais possuem pouca escolaridade não estando eles preparados para controlarem todas as informações exibidas nos canais de televisão. Nos dias de hoje, muitos pais precisam sair de casa para trabalhar, deixando os filhos em casa sem poder controlar o que as crianças estão assistindo nos canais de televisão.

CRIANÇAS ABUSADAS X EDUCAÇÃO.

As consequências das agressões sofridas no lar refletem nas salas de aulas dificultando o desenvolvimento do ensino aprendido nas escolas. São muito graves principalmente quando tratamos de crianças. A agressão cometida num ambiente familiar não é menos grave, ou merece tão ou mais a atenção das pessoas em relação à violência cometidas nas ruas de acordo com Matos, (1965, p.5)

A família representa uma instituição social importante e poderosa, responsável pela estruturação de crenças, valores e comportamentos dos seus membros. Se o desenvolvimento dos indivíduos não depende apenas da ação da família, podemos, no entanto, dizer que, cronologicamente, entre os agentes socializador do indivíduo, a família ocupa o primeiro lugar contribuindo para a interiorização de valores, atitudes e papéis. A par da educação e socialização da criança, a família tem a função essencial de proporcionar o afeto e a educação que garante a estabilidade emocional necessária ao desenvolvimento do indivíduo.

Nesse sentido, família é o principal agente socializador da criança, a ela compete o cuidar e o educar, passando para a criança as heranças culturais que seu grupo defende, pois não é só a família que é responsável para o cuidar e ensinar estes cuidar e educador também é responsabilidade da educação escolar. Falcão (1998) comenta que a criança e ao adolescente que são vítimas de violências se tornam rebeldes, agressivos, deprimidos, problemas de aprendizado, enfrentando dificuldades no convívio social transferindo a depressões e tristezas afetando o desenvolvimento nas habilidades e competências cognitivas. Isso comprova que a violência interfere no cotidiano da criança, fazendo com que a mesma altere seu comportamento diante de suas relações sociais afetando o desenvolvimento cognitivo. Para Xavier (2007,p.19)

As pessoas assediadas mudam drasticamente sua maneira de agir e passam adotar características que não condizem com a sua natureza, tristeza ansiedade, depressão, alteração de humor sem causa aparente agressividade, irritabilidade, choro sem motivo aparente desinteresse pelas atividades habituais, queda no rendimento escolar.

Diante disso Santos (2011.p.14) ressalta também que a violência sexual é uma ameaça à sobrevivência, ao bem-estar e ao futuro de crianças e adolescentes e pode trazer graves consequências para seu desenvolvimento, sua saúde e sua capacidade de aprendizagem. Os profissionais da educação devem estar atentos aos desvios comportamentais dos estudantes. Daí a importância da escola na criação de um ambiente de acolhimento, que propicie a escuta de crianças e adolescentes. As violências sexual contra criança e adolescente é um fator preocupante que se sabe que a maioria das

Famílias não denunciam os casos de abusos para evitar escândalo ou para não se comprometer, a escola deve se organizar e ao descobrir deve denunciar e acolher as vítimas com atendimento com psicólogos. Xavier (2007, p.20)

Acreditamos que, ao colocar em prática as ações aqui preconizadas, a comunidade escolar se envolva cada vez mais nas ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Ademais, vislumbramos duas maneiras articuladas pelas quais o sistema educacional pode concretizar sua responsabilidade e compromisso no combate à reprodução do ciclo de violência sexual contra crianças e adolescentes. A primeira estratégia é voltada para o âmbito interno da escola, para o “fazer” pedagógico.

Para o autor citado acima, as pessoas que trabalham nas instituições de ensino necessitam de realizar atividades voltadas para o fazer pedagógico, sistemas que priorizem a vida das crianças em todos os contextos sociais e que professores que são pessoas capacitadas a lidarem com alunos aprendam a investigar os problemas de crianças que tem comportamentos anormais. Pois a escola é a segunda casa do aluno por isso, o profissional tem condições de descobrir os casos de abusos através de investigações, sabendo que a criança tem na maioria das vezes confiança nos professores sendo assim, ficando mais fácil para ela contar como é tratada pelas pessoas que as cuida Para Mato Grosso (2011, p.18) diz que:

As ações que propomos neste Guia Escolar buscam atingir as causas da violência sexual. Por isso, também sugerimos a implementação de políticas sociais básicas, entre as quais se destacam as atividades educativas e de caráter informativo geral, dirigidas a toda a população, especialmente aos familiares, à comunidade escolar e às igrejas de todos os credos, entre outros grupos da sociedade civil. Como já mencionamos anteriormente, por ser uma instituição que ocupa lugar privilegiado na rede de proteção a crianças e adolescentes, a escola deve assumir o papel de protagonista na prevenção primária da violência sexual. Para a consecução disso, o primeiro passo é informar a comunidade escolar sobre a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes. Dessa maneira, os educadores terão acesso a detalhes sobre as modalidades de violência, bem como a dados estatísticos. Nessa perspectiva, no Guia Escolar apresentamos os mitos e as verdades relacionados à violência sexual, de modo a desmitificar alguns tabus sobre o tema e também alertar sobre as causas e as consequências desse tipo de violência. Ademais, colocamos à disposição dos leitores sugestões concernentes a medidas como o desenvolvimento de um programa de educação para a saúde sexual e a realização de atividades que criem na escola um ambiente de inclusão e de acolhimento para crianças e adolescentes que são rejeitados pelo grupo e são vistos como “diferentes”. A primeira estratégia é voltada para o âmbito interno da escola, para o “fazer” pedagógico.

A comunidade escolar deve se conscientizar da gravidade da violência sexual, físicas psicológicas contra crianças e adolescentes e aprender a enfrentá-la por meio da prática pedagógica cotidiana. Para tanto, a escola necessita de apoio para promover uma reorganização curricular e metodológica, de modo a estabelecer um elo entre os temas transversais e o currículo, adotando o ensino dos direitos de crianças e adolescentes como tema estruturante das diferentes disciplinas. Sabendo que a escola é um lugar propício para investigação o profissional da educação tem preparação para analisar as diversas atitudes dos alunos.

LEIS DE PROTEÇÕES AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES

As Leis contêm os direitos e deveres das pessoas de uma sociedade. Quem as cria é o legislativo eleito por nós, mediante a votação. Nesse caso, o povo também deve acompanhar o andamento de todas as emendas constitucionais, impostas por nossos representantes. Quem as executa são as autoridades policiais, através da ajuda da sociedade, e quem julga as pessoas pelas suas ações é o poder judiciário.

Dentre as leis, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente que é uma conquista de luta em defesa dos direitos humanos ressalta que: trata-se de uma legislação que busca garantir os direitos da criança e do adolescente, sem distinção de classe social. Toda a sociedade deveria cumprir estas leis exigindo seus direitos e cobrando do poder público, sem deixar passar despercebida a violência familiar cometida contra a criança e adolescente. A criança, desde ao nascer, necessita de proteção dos adultos, como cuidado com a sua saúde, alimentação e, principalmente, higiene. O adulto que é responsável pela educação proteção da criança deve auxiliar de maneira que não só satisfaça as suas necessidades vitais, mas também as afetivas, pois é no contato com o adulto que a criança passa a interpretar o mundo social.

De acordo com a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei nº 8069, (ART.7, p12) *“A criança e ao adolescente têm direito à proteção, à vida, à saúde, mediante efetivação de políticas públicas e sociais que permitem ao nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência”*. As leis em si não são suficientes para a transformação da sociedade, embora seja a base para protegê-las. Afirma Fernandes (1998, p.6)

as leis não são milagres, mas como vivemos numa sociedade onde elas existem, também não podemos negá-las e fazer de conta que elas não existem, mas sim aprender (e é um processo longo, lento e doloroso, não tenha dúvida) a usá-las a nosso favor. Nos mais, é nunca desistir, sempre produzir cultura e seguir em frente.

Em nossa sociedade existem leis que protegem o menor, mas devido ao medo de se expor, ou não saber lidar com tal problemática, muitas pessoas como a própria família, professores coordenadores e vizinhos silenciam, ao invés de denunciar os maus tratos, e os abusos sexuais contra crianças e adolescentes tirando o direito da justiça de punir os culpados. Falcão (1998, p.8) comenta que:

A ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece que médicos e professores sejam obrigados a denunciar todos os casos – suspeitos ou confirmados – de maus-tratos a crianças aos órgãos competentes. Entretanto, a maioria das denúncias de abuso físico, sexual e psicológico contra crianças continua sendo feita por vizinho e por telefonemas anônimos.

Aos profissionais que trabalham com as crianças, é preciso que também coloquem em prática o conhecimento das leis de diretrizes, colocando principalmente as famílias a par do Estatuto da Criança e do Adolescente e noções elementares sobre os seus direitos e deveres. Afirma Mato Grosso (2011, p.15) que

Ao trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente, poderíamos contribuir para a compreensão das mães ou responsáveis e da comunidade de que as crianças têm garantia na lei a sua cidadania; que além de desfrutarem dos direitos comuns dos adultos, tem garantidos outros decorrentes do fato de serem pessoas em pleno desenvolvimento, portanto sem condição ainda de conhecer e defender seus próprios interesses.

Caso as requisições não sejam cumpridas, o Conselho Tutelar encaminhará o caso ao Ministério Público para que sejam tomadas providências jurídicas. Em cada família, em cada comunidade as pessoas têm o dever de buscar, juntas, soluções para proteger a criança e adolescente de qualquer tipo de violência. Em certos casos, o Conselho Tutelar ou qualquer outro serviço público de proteção à criança precisa ser avisado.

O artigo 5º da ECA exige que sejam promovidos mecanismos específicos para que a criança e ao adolescente permaneçam a salvo da vitimização. E, por esta razão, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente prevê como linha de ação o oferecimento, por meio de um conjunto de ações governamentais e não governamentais, de serviços especiais de prevenção e atendimento psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão, previsto nos termos do inciso III do artigo 87 e do artigo 86 da ECA.

Assim preconiza o artigo 5º da ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. *"Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".*

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (artigo 13º), os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos devem ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da localidade de moradia da vítima. A notificação cabe a qualquer cidadão que é testemunha ou tome conhecimento e tenha provas de violação dos direitos de crianças e adolescentes. Ela pode ser feita até mesmo de forma anônima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho conheci um pouco mais sobre os tipos de violência que afligem muitas crianças e adolescentes. Dentre as leis de proteção à criança há o Estatuto da Criança e do Adolescente que é uma conquista de luta em defesa dos direitos humanos, que busca garantir os direitos da criança e do adolescente sem distinção de classe social. Toda a sociedade deveria fazer cumprir essas leis exigindo seus direitos e cobrando do poder público sem deixar passar despercebido.

Todos os caminhos que levam à discussão sobre como educar os filhos, num momento ou em outro, chegam à violência como ‘solução’. A punição é resultado de tolerância cultural, pois a sociedade já está acostumada ao castigo físico como procedimento educativo, dentro de uma estrutura de poder autoritário.

Além disso, os maus-tratos psicológicos são considerados toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança ou punição exagerada e utilização da criança ou adolescente para atender às necessidades psíquicas dos adultos. A maioria do sentimento de inconformismo da criança, tem sua origem nas trágicas experiências da infância.

Os pais, com frequência não percebem os efeitos que suas palavras e atos produzem nos filhos, e é isso que edifica ou destrói o respeito próprio. Crianças que sofrem violências tem dificuldade em se relacionar socialmente. Alunos que são vítimas de violências sofrem perdas cognitivas no ensino aprendizagem afetando assim todos os desenvolvimentos escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ordália Alves. História da Educação: o lugar da infância no contexto histórico-educacional. Cuiabá: Ed UFMT, 2006

ANDRADE, Daniela Barros da Silva Freire. Psicologia: desenvolvimento e aprendizagem em bebês e crianças pequenas. —Cuiabá: Ed UFMT, 2006.

ÀRIES, Phillip. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2ª edição, 1981.

AZEVEDO, M. A. & Guerra. Violência Doméstica da Infância e na Adolescência. São Paulo: Editora Robe 1995.

AZEVEDO, M. Amélia; GUERRA, Viviane N. de; Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2009

http://portal.mj.gov.br/sedh/spdca/T/cartilha_cartilha_educativa_SEDH_151

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Antropologia: Infância, Cultura e Socialização / Maria de Lourdes Bandeira, Otávio Freire. -Cuiabá: EdUFMT, 2006. 80p.: il. color.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEI). Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental, Referencial Curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação para educação infantil / Ministério da educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

CADAU 006, P2 http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_dhviolenc60-7-2014.html

CAMARES, Movimento nacional em defesa da criança desaparecida (maneiras de identificar a criança vítima da violência.) (06 de junho de 2006).

CARNEIRO, Maria Ângela Barbato. ind. Revista Puc Viva, nº 21. Educação Infantil, as políticas e o Banco Mundial 2005, 42. http://www.apropucsp.org.br/revista/r21_r08.htm

CARVALHO, Antônio Padilha de: Por que as pessoas usam Drogas?. Cuiabá-MT 2005.

CLIMA- 2006.COSTA, Ricardo da, A Educação Infantil na Idade Média. Medieval da UFES Universidade Federal do Espírito Santo. Home-page: www.ricardocosta.com.rippcosta@npd.ufes.br...
www.hottopos.com/videtur17/ricardo.htm (Acessado a 07/06/07) 2019.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Lei Federal Nº 8.069/1990. Secretaria dos Direitos Humanos da Secretaria da República.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente. 3. Ed. Brasília, DF: Editora MS, 2008.

ESTATUTO DACRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal 8.069/4990.

ESPÍNDOLA, Ana Lúcia, A história da educação/ a infância na República. Antônio Vitório Ghiraldello e Ordália Alves Almeida Cuiabá: EdUFMT,2006.

FALCÃO, D. Violência doméstica (1998)

<http://www.dhet.org.br/direitos/sos/violência/violência.html> (Acessado a 07/02/07/ 2019.

FERNANDES, Fábio. Fórum conversa sobre a cultura a cultura de todo. Cultura como lei. 1998. <http://www.overmundo.com.br/forum/cultura-como-lei> (acessado a 07/06/07).

FERNANDO, F. 2007. Fórum conversando sobre culturas. (2005)http://www.apropucsp.org.br/revista/r21_r08.htm (acessado a 06/06/07)

FERRARI, .SALVAGINI ,E.P Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. São Paulo: 2004.

FERREIRA, A. J., MATOS, M. P. A. Escola de relação pais e filhos: construção procedimentos de avaliação. São Paulo 1992.

GOMES, Patrícia Saboya – Violência contra criança e adolescentes. Seminário sobre violência doméstica contra criança e adolescentes. Ed. Brasil. 2003.

MATO GROSSO, Ministério Público; CORRÊA, Lindalva Rodriguês. Abuso Sexual Contra Crianças E Adolescentes. Ajude-nos a mudar esta página. 2011.

MATOS 1965, P.5 http://www.fedap.es/congreso_santiago/trabajos/c129/c129.htm 05-07- São Paulo. 2014.

MILHER ,D. Incesto Os segredo na família e na terapia familiar .Porto Alegre: Artes medica 1994.

MINAYO, M.C.S. & SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul./set., 1993.

NETO, M. M. J. Revista Nova Escola. Sem medo de falar, exploração sexual, comercial, infantil sobre a violência. (edição abril 2006). www.novaescola.org.br

PELT, Nancy Van. Como formar filhos vencedores. Tradução Sueli N. F. Oliveira. –Tatuí, SP: Casa Publicadora, 2006.

PEREIRA, José Antônio Borges. Fundação Escola Superior do Ministério Público/Escola de conselho/ Cuiabá MT: Edição Fundação escola, ano,1,n.1,2011.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes / RJ: 2011

XAVIER Filha, Constantina. A Criança, a Família e a Instituição de Educação Infantil/Cuiabá: Ed.UFMT,2007.